

01

“SOBRE AQUELES QUE FOGEM DA POBREZA”: ANÁLISES INTERSECCIONAIS DA POBREZA SUBJETIVA EM CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

“ABOUT THOSE WHO ESCAPE POVERTY”: INTERSECTIONAL ANALYSES OF SUBJECTIVE POVERTY IN A UNIVERSITY CONTEXT

Vilkiane Natercia Malherme Barbosa

Doutora em Psicologia Ceará (UFC)

Professora do Centro Universitário Estácio do Ceará

Psicóloga e especialista em caráter de Residência em

Atenção Básica/Saúde da Família (UFPI).

E-mail: vilkimalherme@outlook.com

Verônica Moraes Ximenes

Doutora em Psicologia (Universidade de Barcelona)

Pós-Doutorado em Psicologia (UFRGS)

Professora Titular (UFC)

Ouvidora Geral da UFC

Pesquisadora do CNPq - PQ-1D

E-mail: vemorais@yahoo.com.br



Resumo

Este estudo analisa de forma interseccional a percepção da pobreza subjetiva entre universitários de instituições pública e privada no Nordeste. Foram realizados dois grupos focais com estudantes (n=22), majoritariamente pardos, do gênero feminino e com renda inferior a um salário-mínimo, analisados por meio da Análise do Discurso Crítica (ADC). Os resultados indicam que, embora o ensino superior represente um avanço na superação da pobreza, ele também gera novas vulnerabilidades. O deslocamento e as desigualdades estruturais impactam a permanência e o bem-estar dos estudantes, exigindo políticas que promovam equidade e apoio social. Consideramos que a superação da pobreza em um cenário de desigualdade estrutural demanda investimentos substanciais para viabilizar uma transformação social duradoura, tornando a educação uma prática genuína de resistência.

Palavras-chave: Pobreza subjetiva; Estudante Universitário; Educação superior; Vulnerabilidade social; interseccionalidade.

Abstract

This study analyzes intersectionally the perception of subjective poverty among university students from public and private institutions in Northeastern Brazil. Two focus

groups were conducted with students (n=22), mostly mixed-race, female, and with an income below the minimum wage, analyzed through Critical Discourse Analysis (CDA). The results indicate that, while higher education represents progress in overcoming poverty, it also generates new vulnerabilities. Relocation and structural inequalities affect students' retention and well-being, demanding policies that promote equity and social support. Overcoming poverty in a structurally unequal context requires substantial investment to enable lasting social transformation, making education a genuine act of resistance.

Keywords: Subjective poverty; University students; Higher education; social vulnerability; intersectionality.

Introdução

Em contextos de crise social é necessária uma reflexão sobre a atuação que se tem tido junto as populações mais vulneráveis e se estas se alinham as discussões contra hegemônicas que favoreçam uma práxis que aponte para o enfrentamento de processos de opressão e dominação ou são práticas de manutenção das estruturas desiguais de poder (Martín-Baró, 2017). Ademais, no que se refere à existência de populações vulnerabilizadas na América Latina, especialmente junto às pobrezas, são necessárias

práticas que levem em consideração, de forma ampliada, as questões de classe, raça e gênero, dentre outros marcadores sociais da desigualdade (Moura Jr., 2018). Pois, nos contextos sócio-políticos vividos na atualidade, torna-se ainda mais central a relevância de uma atuação que tenha como cerne o fortalecimento das perspectivas interseccionalidades e o fomento de práticas inovadoras que venham a potencializar as resistências e afrontamentos numa perspectiva de mudança social. Desta forma, ao considerar atuação junto a contextos de pobreza, violências e desigualdades sociais, exigem do campo das interseccionalidades um esforço teórico-prático para com a construção de uma ciência decolonial com cunho interventivo e que apresente um compromisso ético e político para com os emancipação das minorias sociais (Diniz; Mayorga, 2018).

Para tanto, nesta análise interseccional, fizemos a escolha estratégica de enfatizar gênero, raça, classe e os processos de permanência no contexto universitário. Esta decisão se baseia no reconhecimento da relevância destas categorias sobre os modos de vida das pessoas em contextos em que o privilégio e o poder, são afetados pelas intersecções entre estas categorias (Christensen; Jesen, 2012). Assim, entende-se como relevante reconhecer e fomentar estratégias de afrontamento das situações de pobreza vividas pelos estudantes universitários no estado do Ceará,

que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2024), embora que seja possível observar uma redução de pessoas em pobreza entre os anos de 2021 e 2023, ainda temos 48,7% da população em situação de pobreza. E o rendimento médio do 1% mais rico chega a ser 34,4 vezes maior que os 50% mais pobres.

Considerando a pesquisa, enquanto ferramenta ético-política, numa perspectiva crítica é significativo construir perspectivas de atuação que dialoguem com as problemáticas vividas. E para tanto, o reconhecimento que esta precisa produzir reflexos sobre a vida cotidiana dos sujeitos sociais. Desta forma, fazer a escolha ético-política de colocar a pesquisa a serviço das necessidades concretas das maiorias populares, como a pobreza (Martín-Baró, 2017).

Assim, considerando as temáticas relacionadas às pobrezaas, especialmente as que a consideram como um fenômeno psicossocial e com implicações aos modos de vida das pessoas, é perceptível que as vivências em situação de pobrezaas as afetam para além das questões quantitativas (mais visíveis) como a falta de dinheiro, alimento, moradia, entre outros, mas também em questões subjetivas (menos visíveis) (Moura Jr, 2015). Entendemos que as questões (ou faces) subjetivas das pobrezaas como a vergonha, humilhação, servilismo, autodepreciação, passividade, dentre outros, afetam a produção de subjetividades das pessoas que

vivem situações de pobreza (Góis, 2012). Pois estes aspectos subjetivos da pobreza se relacionam, segundo Ximenes et al. (2016, p. 146) “*a uma autopercepção vinculada à privação financeira e à responsabilização individual*”. Estes mesmos autores apontam como resultados dos seus estudos, que os aspectos subjetivos da pobreza têm implicações psicológicas as pessoas, pois existem pressupostos societários, que fomentam nas pessoas em situação de pobreza o sentimento de que estas são responsáveis pelas condições de privações vividas (Ximenes, et.al., 2016). Restringindo os significados e causas das pobrezaas à aspectos exclusivamente econômicos, culpabilizando os sujeitos pelas condições de desigualdades sociais vividas, sem uma discussão mais ampliada e crítica, levando a estes a sentimentos de vergonha, humilhação e auto depreciamento por se encontrarem em situações de pobrezaas (Moura Jr, 2018;).

Outro aspecto relacionado à perspectiva subjetiva da pobreza é o fatalismo, que segundo Martín-Baró (1998) é a passividade e resignação frente a uma crença em um destino imutável. Para os autores, Cidade et al. (2018) as expressões do fatalismo podem também serem reflexos da adaptação dos sujeitos mediante as duras realidades vividas, resultado da estrutura social capitalista opressora, que afetam inclusive a disponibilidade dos sujeitos para a participação social, comunitária e política. Sendo

importante, que sejam ofertadas as condições de vida para a afrontamento de atitudes fatalistas. Esta organização societária desigual sob uma matriz de privilégios-subalternidade, atravessa os modos de vida e produção de subjetividades das pessoas, e quando estas pessoas se encontram em situações de vulnerabilidades, violências e pobreza, estas tendem a vivenciarem as fáceis mais perversas desse sistema (Espinosa et al., 2017). Desta forma, podemos inferir que as práticas sociais opressoras têm influências nas estruturas sociais mas também atuam no nível psicológico, afetando diretamente as produções de subjetividades e as liberdades individuais e coletivas das pessoas, as aprisionando numa espiral de enfraquecimento e auto depreciamento, especialmente quando em condições de pobreza (Moura Jr., 2015).

A pobreza subjetiva enquanto fenômeno psicossocial também é constituída a partir e com estas relações e das interações dos sujeitos que interagem na realidade material e concreta (Dias, 2011). E nesse sentido é importante considerar a influência da colonialidade na forma de organização social, e nas desigualdades estruturantes que fomentam espaços de poder injustos aos grupos sociais, estando em posição de menor vulnerabilidade. Inclusive, culpabilizando os sujeitos pela sua própria miséria. Como ferramenta de subjetivação e opressão dos grupos vulnerabilizados.

Assim, provocar reflexões com aqueles e aquelas que sofrem diretamente o fenômeno é uma atividade contracolonial, pois coloca o sujeito que é cerceado em sua (re)existência em evidência, podendo apresentar o que atravessa o fenômeno da pobreza e como este pensa/reflete sobre os fenômenos, seus efeitos e as formas de afrontamento deste. Desta forma, este artigo propõe uma análise do fenômeno pobreza subjetiva partindo da perspectiva daquele que sofre com a pobreza, a partir de seus autorrelatos. O que acaba tornando-se uma lente de análise sobre a vivência de estudantes universitários frente a pobreza na cidade de Fortaleza. Assim, este artigo analisa de forma interseccional a percepção da pobreza subjetiva entre estudantes universitários de uma instituição pública e uma privada em uma capital do Nordeste. Ao centrar a discussão nas perspectivas daqueles que sofrem diretamente com a pobreza, busca-se não apenas compreender o fenômeno em suas múltiplas dimensões, mas também fomentar práticas que contribuam para a transformação social.

Percurso Metodológico

Foi adotado um delineamento de pesquisa qualitativa, com o intuito de desenvolver uma investigação socialmente implicada nas transformações sociais e nos enfrentamentos das pobrezas. Pautada em aspectos teóricos relacionados à

percepção de pobreza, desigualdade social e ensino superior, foi realizada Análise do Discurso Crítica (ADC) (Fairclough, 1989; Dias, 2011). A ADC é uma abordagem crítica-discursiva de questões sociais que como aponta Dias (2011) pretende oferecer uma compreensão acerca do discurso dos sujeitos situado no contexto histórico-político atravessado pelos conhecimentos e crenças resultantes de relações de saber poder. E nesse sentido, reconhecendo os atravessamentos que estes sujeitos sofrem da realidade vivida, e como estas afetam suas identidades e relações sociais.

Ademais, se reconhece a historicidade e os processos de subjetivação que os perpassam, mediados pelo capitalismo e pelas estruturas de poder e dominação presentes. E para tanto, percebe-se que a Análise do Discurso Crítica é uma possibilidade de lente analítica para as discussões advindas do encontro produzido nos grupos focais, pois, eles discutem a dialética entre as estruturas sociais, a saber: pobreza e desigualdades sociais, e os efeitos concretos destas sobre as trajetórias dos sujeitos (Rodrigues-Júnior, 2009).

Participantes da pesquisa

O estudo foi realizado com estudantes universitários de instituições públicas e privadas de uma capital do nordeste. Contou-se, nesta etapa, com a participação de 22 participantes nos grupos focais, com idades entre 18 e 44 anos ($M = 21$,

DP = 5,72). Sendo 16 de instituição privada e 06 de instituição pública. Sendo destas, 16 mulheres cis, 4 homens cis e 2 pessoas não-binárias. A maioria dos participantes declarou-se parda e tendo como renda menos do que 1 salário-mínimo. Para análise semântica da população-alvo participaram 30 pessoas, com idades entre 18 e 55 anos ($M = 29$, $DP = 2,12$). Destas 12 mulheres cis, 15 homens cis e 3 pessoas não-binárias. Quanto a renda, a maioria (43,3%) apontaram receber menos do que um salário-mínimo (R\$ 1212,00¹), seguido de pessoas que disseram receber de 3 a 5 salários-mínimos (R\$ 3.636 a R\$ 6.060). A amostra foi selecionada por conveniência, a partir da divulgação da pesquisa.

Instrumentos e procedimentos de pesquisa

O contato com os estudantes se deu a partir da técnica amostral da bola de neve (*snowball*) e as entrevistas foram gravadas e transcritas. Assim, foram realizados dois grupos focais realizados com perguntas semiestruturadas sobre pobreza, pobreza subjetiva, qualidade de vida e desigualdades sociais. Os grupos tiveram duração média de 1:45 minutos. Aos participantes foi solicitado que respondessem as seguintes perguntas: (1) “O que você acha que é pobreza?”; (2) “Por que vocês acham que existem pessoas pobres?”; (3) “Quais seriam as causas de existir pobreza”;

1 Valor referência do salário-mínimo à época da coleta de dados da pesquisa.

(4) O que vocês acham que sente uma pessoa pobre?"; (5) "Como vocês pensam que é a vida de uma pessoa que esteja vivenciando situação de pobreza?"; (6) "Vocês conhecem pessoas próximas que vivem em situação de pobreza? Se sim, como vocês acham que a pobreza impacta na vida dessas pessoas?"; (7) "Considerando suas próprias vidas, como vocês se percebem diante da pobreza?"; (8) "Vocês acreditam que vivenciam uma condição de pobreza?"; (9) "Se você acredita viver uma situação de pobreza, como você acha que isso impacta na sua vida?"; (10) Pensando nas suas próprias vidas, que estratégias vocês acreditam que sejam boas para enfrentar a pobreza?"; "(11) Ao ouvir o termo pobreza subjetiva, o que você imagina que seja? (12) "Existe algo mais que você gostaria de falar sobre a sua percepção de pobreza?". Ao final, responderam a perguntas de natureza sociodemográficas.

Análises das Informações Obtidas

Segundo Christensen e Jesen (2012), existem diversas formas de realizar análises interseccionais, sendo relevante considerar os contextos específicos e as relações de poder nelas envolvidas. Optou-se, então, pela Análise do Discurso Crítica (ADC) (Fairclough, 1989), uma abordagem crítica e discursiva que visa oferecer uma compreensão sobre os discursos dos sujeitos, considerando o contexto

sócio-histórico e político vivido por eles. A partir das gravações realizadas, o material transcrito foi analisado com o auxílio do software Nvivo (versão 14.0).

Questões Éticas da Pesquisa

No que tange à dimensão ética, foram consideradas as Resoluções 466/2012 e 510/2016 de ética na pesquisa do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que dizem respeito às questões éticas de pesquisa com seres humanos. As participantes obtiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ademais, é importante pontuar que o compromisso ético e social foi transversal a esta pesquisa, sendo que esta foi submetida e aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa, sob o registro CAEE: 59600022.2.0000.5054.

Resultados e Discussões

Os grupos focais realizados nas instituições levaram a refletir sobre os efeitos da pobreza subjetiva na vivência de estudantes do ensino superior. Como estes, a partir de suas vivências, anteriores e atuais, refletem as resistências interseccionais que têm sido possíveis. Ademais, é notório que está numa instituição pública ou privada, por si só, não é fator protetivo para a pobreza. No sentido, que em ambos os contextos, notou-se a relevância do fortalecimento de estratégias de enfrentamento da pobreza que incluam as estruturas

institucionais desses espaços de ensino. Considerando, as características sociodemográficas dos estudantes, percebe-se que a maioria vive com menos do que um salário-mínimo, e o auxílio de bolsas de permanência são essenciais para que estes possam continuar seus estudos. Ademais, nas instituições privadas, onde esses auxílios não são disponibilizados, boa parte, precisa trabalhar para ter condições de continuidade dos estudos, o que também apresenta um prejuízo, porque a sobrecarga de trabalho mais estudos é desgastante a maioria destes. Portanto, pensar a pobreza com estes estudantes do ensino superior revela questões que atravessam o acesso, mas, discorrem sobre a permanência e a resistências interseccionais.

Segundo os dados do Mapa do Ensino Superior - 2023, as mulheres representam cerca de 58,4% das vagas (Capelato, 2023). No nosso estudo este dado foi maior. Acreditamos, que parte disto, diz respeito aos respondentes serem graduando do curso de psicologia, que historicamente tem sido um curso ocupado majoritariamente por mulheres. Essa amostra também conta com a participação de cerca de 62% dos estudantes em ensino privado, nos dados do Ceará sobre matrículas, também há uma maioria de estudantes mulheres em instituições privadas (74,5%) (Capelato, 2023). Ainda em relação aos dados do Mapa, os dados sobre raça são próximo os da amostra, tendo maior porcentagem de

pessoas autodeclaradas brancas e pardas (Capelato, 2023). O que dialoga com os achados desta pesquisa. Para tanto, vamos analisar os achados, com maior profundidade, nas sessões seguintes, a vivência de inclusão/exclusão no Ensino Superior e a percepção de pobreza apresentada por estes estudantes.

Os que “fogem da pobreza” e a vivência de inclusão/exclusão no Ensino Superior

Para tanto, entende-se que a universidade é um espaço de profundas contradições, em que a construção do conhecimento é postulada a partir de lugares, muitas vezes, estrangeiros àqueles que a ocupam (Grosfoguel, 2016). Quando pensamos no acesso e permanência no ensino superior, é preciso reconhecer os muitos atravessadores dos sujeitos que ocupam este espaço. Seja na universidade pública ou privada, tem sido um desafio a pessoas em situação de pobreza, o acesso e a permanência nestes (Jannuzi, 2022).

É evidente que pessoas pobres têm conseguido alcançar cada vez mais esses espaços, e as políticas afirmativas são responsáveis pela maior democratização de acesso ao ensino superior. Contudo, facilitar a entrada ainda está longe de garantir a permanência e a conclusão do curso (Souza, 2003). O próprio espaço universitário faz emergir um sentimento de não pertença desses sujeitos, que não

se veem representados nas teorias, nem nos espaços de discussão ou nas práxis propostas (Grosfoguel, 2012).

Ademais, a vivência da pobreza está muito além da falta de dinheiro, está atrelada a oportunidades desiguais de acesso (Sen, 2010). E, para tanto, estar em situação de pobreza torna o acesso à direitos básicos como a educação um desafio, especialmente, quando se trata do ensino superior (Souza, 2003). A universidade, como espaço social, também escancara as desigualdades sociais, pois como espaço historicamente de privilégios, que tem sido ocupada por outros setores, subalternizados, fomenta-se estranhezas entre àqueles que acreditam pertencer as classes mais privilegiadas e àqueles que almejam alcançar estas, em busca de melhores condições de sobrevivência e qualidade de vida (Jannuzzi & Montagner, 2020).

A partir do estudo realizado aponta-se que acessar o ensino superior é uma etapa em meio ao processo de enfrentamento da pobreza que os estudantes vivenciam, ao mesmo passo, que também os vulnerabiliza, desde o processo de mudança de cidade para poder acessar ao ensino superior, como visto no relato a seguir:

Eu sair da minha cidade, da minha casa, pra poder estudar, e tipo, desapropriado do mínimo pra conseguir acessar, e, tá sempre correndo, indo atrás, e lutando, e você chega no espaço, como esse da universidade, que não foi

feito pra você, e você tem que se adaptar, que lutar, que resistir, faz a gente lidar com tristeza, com estresse, com a solidão (Participante 2 – Instituição Pública).

Ademais, os auxílios estudantis presentes na universidade pública, se apresenta como ajuda, mas, também como processo burocrático e que não reconhece as reais necessidades dos sujeitos, como apontado a seguir:

Eu me lembrei do momento que eu fui aplicar o auxílio de inserção acadêmica, e assim, são critérios, muitos critérios para você conseguir essa bolsa, muito exaustivos, você escreve um texto enorme falando de toda a sua situação, você não pode ter um emprego se tiver essa bolsa, você não pode associar um outro auxílio, por exemplo, o de moradia (Participante 3 – Instituição Pública).

Abreu e Ximenes (2021) apontam que embora importantes as políticas de permanência estudantil, ainda são insuficientes para suprir as necessidades de subsistência de estudantes pobres na universidade, que por vezes, mesmo conseguindo acesso a alguma das estratégias da política, ainda necessitam de ajuda para ter condições mínimas de permanecer no curso. Contudo, é a única alternativa para muitos estudantes *“a minha única fonte de renda são as bolsas estudantis, então, se precisar de apoio financeiro eu não posso contar com a minha família”* (Participante 3 – Instituição Pública).

Ademais, esta parece uma alternativa mais favorável do que a realidade dos estudantes trabalhadores, como visto a seguir:

“Você vai pra aula de manhã, o professor passa cinco textos pra ler, depois da aula você vai ter que trabalhar, e só chega em casa à noite exausto, você não consegue lê, então, isso vai tolhendo até as possibilidades formativas né?! Que precisariam ser ampliadas né?! Então, pensando aqui, na pobreza como ausência, como falta, isso aqui não é uma falta só presente, mas é futura também né?!” (Participante 5 – Instituição Pública).

Já os estudantes de instituição privada apontam as dificuldades de manutenção no curso, como a seguir: “Como a gente não tem uma instabilidade financeira, a gente tem medo do amanhã, ‘será que eu vou poder continuar o curso?’” (Participante 1 – Instituição Privada). E o quanto também é um processo adoecedor forjar estratégias para conclusão do curso, pois elas rivalizam com necessidades de subsistência, como a seguir:

“Trabalho é um negócio complicado, se você for pensar pela lógica, ganhar um salário-mínimo vai dar pra mim pagar minha faculdade, e pronto acabou, e aí? Como é que eu vou me alimentar, pagar meu aluguel? Porque eu não tenho casa própria. Como é que vou pagar meu transporte pra poder vir pra cá? Minha alimentação, entende? Então, é muito precário.” (Participante 7 – Instituição Privada).

Além disso, consideram que existem segregações entre aqueles que possuem certa condição financeira e aqueles

que não, apontando, inclusive prioridades dos mais privilegiados na possibilidade de se expressar dentro dos espaços de aula, como é possível observar na fala do participante 2:

“Então, tem essas permissões envolta de quem não é atravessado pela pobreza, e como isso também está embutido nas relações, porque uma pessoa falou enquanto alguém tá calado, alguém se coloca e outra pessoa deixa de se colocar, e isso vai se reproduzindo de uma forma que é absurdo você olhar, porque é óbvio, são pessoas que tiveram validações e aceitações a vida inteira, então no espaço acadêmico, ou qualquer outro espaço, essas pessoas se sentirão no direito de falar, porque as suas palavras merecem ser ouvidas, e eu fico pensando em quais palavras deixam de ser faladas e que outras realidades deixam de ser compartilhadas. Que é um jogo de poder como sempre é”. (Participante 2 – Instituição Pública).

Desvelando a não democratização do espaço. Para Bento (2009), as pessoas que sempre foram privilegiadas, seguem sendo, os espaços acadêmicos, não tem forjado, de forma mais profunda oportunidades aos sujeitos. Souza (2003) aponta que estudantes pobres, não se percebem incluídos nos espaços formativos das universidades, é como se a entrada destes já fosse por si só, um fator de sorte, e não de merecimento. E nessa lógica, estes devem sobreviver a estes espaços, sem ameaçar a estrutura já ‘estabilizada’

de privilégios daqueles que tem o espaço acadêmico como caminho ‘natural’. Assim, não é apenas uma disputa de produção de conhecimento, mas, também de quem pode ou não tomar pra si e fazer parte da construção deste (Grosfoguel, 2016). Forjando ilhas, onde os “excluídos” dialogam e criam os seus afetos entre si:

“E o quanto também eu não consigo me conectar com outras pessoas desse curso, porque elas só são completamente alheias a isso, sabe?! Não dar pra se conectar com essas pessoas, porque elas são simplesmente alheias ao que a gente vive, ao que gente passa, e é claro que a dimensão de como a pobreza me afeta é bem diferente de como a pobreza afeta meus colegas e minhas colegas, mas, ainda assim tem esse elo entre a gente, coisas que a gente passou” (Participante 5 – Instituição Pública)

Ao passo, que mesmo reconhecendo as contradições do espaço, também é o lugar de sonhar com uma vida melhor “*Muitas pessoas, não tem nem a possibilidade de estar aqui, que nem a gente está. Isso pra mim, é uma grande conquista*” (Participante 6 – Instituição Privada). Ou ao menos de “fuga da pobreza”, como aponta o entrevistado:

“Eu sempre ficava pensando por que eu não quero voltar ao lugar de onde eu venho? E tipo isso me quebra tanto, porque não é que eu não tenha relação com as pessoas, sabe, não é porque eu não tenha relação com o lugar, é

porque eu estou em constante fuga da pobreza sabe? Da pobreza, das ausências, das faltas, do que for, sabe?!”
(Participante 2 – Instituição Pública)

O que ao passo que mostra esperança, de alçar condições melhores de vida, também cria distancias e fragiliza os vínculos familiares, daqueles que ficaram em caminhos outros, lembranças constantes do lugar que não se quer mais pertencer (Souza, 2017). Como também, um sentimento de insegurança constante daqueles que ocupam estes lugares de mais pobres, e por processos educacionais estão alçando a possibilidade de ter alguma mobilidade social (Harvey, 2014). Há sempre uma necessidade de se precaver, de lutar mais, de aceitar condições precarizadas, porque não se percebe tendo o suficiente (Fisher, 2020).

E a elite também deixa um recado de não pertencimento a estes, que podem ser facilmente identificados como estranhos ao lugar de privilégio, seja pela roupa que vestem, pelo tom da pele (Souza, 2017). Ou a inclusão de forma perversa, que como Sawaia (2017) aponta funciona como apaziguamento das mazelas sociais que a pobreza infringe as pessoas, ao mesmo passo que fomenta espaços de pertencimento e não pertencimento destes. Ademais, como aponta Jannuzzi e Montagner (2020), a implantação e inserção das políticas públicas no Estado de bem-estar social não buscam visibilizar as estruturas que provocam as desigualdades, colocando,

desta forma, em evidência o beneficiário, que é visto como alguém que “não lutou para ter o suficiente” e espera a “ajuda” do governo. O que numa sociedade meritocrática como a nossa é visto com menosprezo.

Assim, mesmo reconhecendo que existem políticas educacionais que facilitam o acesso ao ensino superior, como o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e os sistemas de cotas. Até a realização da prova é um processo desafiador para muitos sujeitos, como o exemplo, de uma das participantes:

“Questão de ENEM, fiz ENEM, mas infelizmente quando eu morava na minha cidade, eu não tinha condições de fazer, porque na minha cidade não tem, tá entendendo? Pra eu poder ir fazer, eu tinha que me locomover pra outra cidade, e pra outra cidade eu precisaria ter dinheiro pra eu pagar o transporte de ida e volta e alimentação. Ou seja, são muitas coisas que acabam dificultando a vida do pobre” (Participante 7 – Instituição Privada).

Neste sentido, como apontar a esta estudante que as condições de acesso são equivalentes? Como assumir que a democratização do ensino superior consegue alcançar a todos os sujeitos? E que a educação é mesmo uma possibilidade de transformação social? Enquanto outros tem cursinhos, aulas de reforço, aula de línguas, além do ensino básico qualificado, há aqueles que nem acesso a prova possuem.

Os que “fogem da pobreza” e suas percepções do que seja a pobreza subjetiva

Quando questionados sobre suas percepções sobre o que é pobreza, algumas respostas possíveis, apontavam para uma perspectiva multidimensional da pobreza (Sen, 2010), como pode ser visto a seguir:

“No meu ponto de vista, pobreza é quando a questão financeira interfere em você ter acesso a cultura, a esportes, a um equipamento de saúde digno, a um atendimento de saúde digno. É quando você não tem acesso ao saneamento básico e uma alimentação digna também”. (Participante 8 – Instituição Privada)

“Mas, assim, quando eu penso em pobreza, eu penso que é você vivenciar faltas, e essas faltas são de múltiplas formas. E aí tem aquela pegada multidimensional da pobreza, que fala de renda, trabalho, educação, saúde, mas, é bem mais amplo. Quando a gente experiencia qualquer coisa na vida, a gente é atravessado. Quando eu vou no mercantil, quando eu vou na feira, porque que eu quero ir na feira, e porque não quero ir no mercantil, sabe!? Eu acho que são vários sentidos que vão se passando, que vão construindo assim, essas ausências, essas faltas. Uma ideia de pobreza relacionada a falta”. (Participante 4 – Instituição Pública)

Assim, algumas das percepções de pobreza apresentadas refletem uma ideia de pobreza mais complexa, para além da renda, que afeta também as possibilidades de acesso, a

bens de consumo, mas, também a cultura, educação, saúde, seguridade social. Neste sentido, ser pobre é mais do que não ter dinheiro, se atrela a falta de acesso (Sen, 2010).

É reconhecido também que a vivência em pobreza tem efeitos para além da privação material, afetando aspectos subjetivos de quem vive tal condição, como é apontado pela participante 9:

“Eu acho que está ligado, pra além do material, é claro que o material é importante também. Mas, além disso em como ela afeta em questões psicológicas e emocionais principalmente. Também de como afeta no desenvolvimento educacional, para além do que é material”.
(participante 9 – Instituição Privada)

Nepomuceno (2021) também pondera que a vivência em pobreza ocasiona efeitos negativos sobre a saúde mental dos sujeitos. As autoras Accorssi & Scarparo (2012) consideram que condições de pobreza afetam a produção de subjetividade dos sujeitos, bem, como sua percepção sobre si e sua qualidade de vida. As dores da pobreza não só apenas materiais, são psíquicas, à medida que afetam a produção de sentido dos sujeitos, suas possibilidades de vida, esperanças. Além do estresse cotidiano de viver com menos do que o necessário para viver (Góis, 2012). Sobre esse estresse cotidiano, a participante 7 aponta no relato de sua vivência:

“O que me estressa bastante em relação a pobreza, é que muitas pessoas né, as outras classes, identificam que a gente né, eu me considero uma pessoa pobre, que a gente acaba se acomodando com a forma de viver. Mas, no meu ponto de vista, não é uma questão de se acomodar. A gente não se acomoda. É porque a gente não tem na verdade, meios para gente poder conseguir algo melhor pra nossa vida, né? Tanto que pra mim está aqui, pra mim é uma graça que eu pensei que nunca na minha vida eu pudesse proporcionar isso pra mim, porque eu vim de uma cidade muito pequena, onde não se tem questão nem de um salário-mínimo para se pagar. Eu sempre trabalhei desde os 11 anos de idade. Pra ter noção com 11 anos eu comecei a trabalhar e no máximo que eu ganhava era 80 reais por mês, sendo que trabalhava de domingo a domingo. Após isso, aumentou pra 150 reais, em outra casa, casa de família, trabalhando da mesma forma, nunca teve um aumento. Depois eu passei pra trabalhar em uma sorveteria, aumentou 30 reais, 180 reais. Passei pra trabalhar em uma padaria, 200 reais. Ou seja, nunca tem um momento, pelo menos no meu ponto de vista, do que eu vivia, um crescimento. Por mais que eu sempre trabalhei desde pequena, desde muito nova pra ajudar dentro de casa, a gente nunca progrediu, porque na verdade, a sociedade em si, não nos dar esse caminho de possibilidade, entende? A gente acaba vivenciando, infelizmente, é o que tem, é o que tem para oferecer”. (participante 9 – Instituição Privada)

O relato da participante 9 evidencia o olhar que ela percebe refletido naqueles que possuem mais, o de que

o pobre é pobre porque é acomodado, porque não quer mudar de vida, e porque quer. O tão conhecido discurso de culpabilizar o sujeito pela própria condição de pobreza, o apontando como incapaz, acomodado ao lugar de pobreza (Estanislau & Ximenes, 2016). Porém, o que se desvela em seu relato é uma história partilhada por tantas outras mulheres em condição de pobreza, a do trabalho precarizado, em condições tão vis, que impossibilitam quaisquer possibilidades de mobilidade social. Estamos diante do relato de uma mulher preta, que como tantas outras iniciam a trabalhar ainda na infância, no serviço doméstico, recebendo quase nada, uma quantia, que não representa nem 10% do valor do salário-mínimo (Bernadino-Costa, 2015). Ao longo do relato, pode se vê uma trajetória cerceada pela pobreza extrema, pela necessidade de resistir e pelas ausências de políticas públicas assistências que pudessem garantir o direito da criança, que foi, de acessar a escola, de ter seguridade social, e protegê-la da exploração do trabalho infantil. Nada disto, foi feito. Mesmo que o trabalho seja uma forma de enfrentamento é reconhecido que nem todos os trabalhos ofertam possibilidades reais de mudança social, tal como visto a seguir:

“Eu acho que é um sentimento ruim, acho que a pessoa chega tem aquela coisa, de dizer ‘há, aquela pessoa tem até um empregozinho melhor, mas, a gente tá vendo que

ela continua sendo pobre’, e isso pega muito, porque tem a ver com comportamento e com o jeito de operar, de entender o mundo”. (Participante 11 – Instituição Pública)

Desta forma, emergem também sentimentos de desesperança frente a pobreza, que é vista, por alguns participantes como um projeto, de desarticulação e subalternização dos sujeitos pobres, para a manutenção de estruturas de desigualdade social:

“Eu entendo que a pobreza como um arranjo, um projeto político, um arranjo socioeconômico que impacta a população mais vulnerável, tanto na sua dimensão objetiva, que é você não ter o que comer, mas, também como um arranjo ideológico né? Tipo como se fosse uma introjeção subjetiva daquilo que essa ideologia dominante quer colocar né?! Quer impor, essa questão do estigma, de culpabilização, de uma individualização dos problemas e tal” (Participante 3 – Instituição Pública). “Bem marxista eu, mas, assim, o capitalismo ele não é uma estrutura abstrata, ele é uma estrutura operada por pessoas, e essas pessoas têm o nome, um endereço, um lugar, uma cor, enfim, vários privilégios. São a classe dominante, e para que essa classe se mantenha dominante ela precisa de uma população se mantenha vulnerável, para que ela se mantenha nessa estrutura de poder”. (Participante 4 – Instituição Pública).

Desta forma, os participantes apontam para um entrelaçamento entre condições materiais e socioeconômicas,

mas, também, dos impactos subjetivos que isso acarreta. Pois, considerando a relação entre os sujeitos e a sociedade é importante compreender que o que se constrói macro estruturalmente afeta também a constituição de subjetividade nas microestruturas (Harvey, 2014). Tornando cada um de nós também parte dessa engrenagem, forjando expectativas de mudança de vida pelo trabalho, pelo esforço, sem considerar as estruturas sociais que forjam nosso modo de trabalho e de vida (Fisher, 2020). Assim, a falácia da meritocracia também vai se proliferando, como é visto no relato a seguir:

“Eu acho que é uma questão também muito histórica. Porque se a gente parar pra observar essa questão, vou dizer assim, de uma certa forma ideológica, de tipo assim ‘você só tem se você realmente se esforçar’ e isso vem se perpetuando durante muitas gerações. Os nossos pais contam isso para a gente, quando a gente é criança. Eu escuto os meus pais falando essas frases com meus irmãos, que são crianças ainda, pra fazer com que eles sintam vontade de estudar”. (Participante 13 – Instituição Privada)

Assim, continuamos a nos esforçar para o enfrentamento da pobreza, visando a educação, e por conseguinte, melhores condições de trabalho, como modos de sobrevivência e escape da condição de pobreza. Desta forma, uma perspectiva de responsabilização individual sobre

o afastamento/enfrentamento de condições de pobreza também é fortalecida (Nandori, 2015). E com isto, uma percepção de insegurança, de vigilância constante para que não se atinja níveis de pobreza extrema, como no relato a seguir:

“Sinto privilegiada, por hoje em dia, eu ter essa condição de está aqui, porém, eu vivo em insegurança. Como a gente não tem uma instabilidade financeira, a gente tem medo do amanhã, ‘será que eu vou poder continuar o curso?’, então, isso é viver na pobreza pra mim. Porque eu não sei se vou poder continuar meu curso, hoje em dia, eu vivo numa casa própria, mas, se meu marido perder a renda dele, que não é muita.... Então, assim, isso vai limitar. Eu conheço pessoas, que já tiveram uma casa, hoje em dia não tem mais, tem que ir morar de aluguel, vende, tem que pagar os estudos do filho. Então, assim, tudo é prioridade. Então, viver assim, nessa linha da insegurança, nos coloca em condição de pobreza”. (Participante 6 – Instituição Privada).

Outro aspecto relevante considerado foi que ter moradia ou transporte, ou condições mínimas de sobrevivência não muda a percepção de que se vive com menos do que o suficiente para ter uma boa vida. Como o relato aponta:

“Em relação a isso, uma pessoa que tem um carro ou uma casa não é uma pessoa rica, entende? Eu posso até ter um carro, uma casa, ter comida, mas, isso não quer

dizer que eu seja uma pessoa rica, mas, eu não tenho não viu gente?! Só pra lembrar (risos)”. (Participante 11 – Instituição Privada)

Ademais, embora que o discurso que possuir casa e transporte é um privilégio exista, entre os entrevistados. Há também um contraponto, que identifica que existe uma inversão de valores sociais importantes, quando ter casa é reconhecido como privilégio e não direito.

“E vocês não acham que é falar de meritocracia também, ficar apontando ter casa, ter carro, como um grande privilégio, porque na real, ter casa deveria ser um direito, e não um privilégio. Tipo, deveria ser o básico, ter casa, ter comida, ter o mínimo. A gente tá falando como se fosse um enorme privilégio, tem no ECA que toda criança por lei deveria ter uma casa, comida, acesso à educação. Como que a gente se organiza como sociedade, pra ficar vendo o básico como privilégio. Tipo, que tipo de sociedade a gente é? Tipo, eu não consigo ficar apontando ter casa como privilégio, isso é direito”. (Participante 10 – Instituição Privada).

Além disso, há um marcador geracional relevante. Alguns relatos, como os que veremos a seguir, percebem que há uma melhoria na qualidade de vida, se comparados a vida de seus antecessores. Para estes, as gerações anteriores de suas famílias viveram condições de pobreza ainda mais intensas, que foram superadas com muito esforços destes:

“Eu acho que eu me vejo muito privilegiada, na frente da história da minha família, que vem do interior, que não tinha nem acesso à escola. Minha mãe ela conseguiu se formar, ela tem graduação em história, que é extraordinário. Porque ela ainda era mulher, nem podia sair para fazer faculdade, e que nada disso, chegou a mim. Tipo assim, eu nunca tive nenhuma limitação, com relação a ser mulher, com relação a sofrer racismo, ou qualquer tipo de limitação que a minha família tinha. Então, assim, na frente de tudo, eu me vejo muito bem, e, ainda assim, me vejo pobre, como quase todo mundo, mas, ainda assim, me vejo privilegiada”. (Participante 14 – Instituição Privada).

Neste sentido, demarca-se a relevância do caráter histórico da pobreza, que mesmo considerando que tem tido seus efeitos amenizados, atravessa as histórias familiares desses sujeitos há gerações. Desvelando que a superação da pobreza não é simples. Ela está vinculada a condições histórias de desigualdades sociais que marcam gerações e gerações de famílias em situação de pobreza. Uma análise dessa conjuntura vem demonstrando porque a aposta destes sujeitos tem sido a entrada no ensino superior, como forma de superação da pobreza. Mesmo que atrelado a essa entrada haja os desafios constantes da permanência no ensino superior.

Há também uma perspectiva de que uma das possíveis saídas ou enfrentamentos a condição de pobreza estão

atreladas as políticas públicas, como é visto a seguir: “*A gente vê também que é importante políticas públicas, né? Que possam dar apoio, tentar minimizar essas questões de pobreza*” (Participante 1 – Instituição Pública). Assim, pensa-se que embora haja o reconhecimento dos efeitos da pobreza no processo de subjetivação dos sujeitos, há também uma perspectiva de mobilização social pela possibilidade da educação superior, poder alçar resistências. Contudo, a romantização do ato de entrar no ensino superior, como ato de superação, não ameniza os efeitos das privações vividas por estes sujeitos. É no olhar para a pobreza enquanto fenômeno social que outras saídas vão se forjando para essa fuga constante, que oras põe em risco a própria subsistência ora põe em risco a própria formação universitária. E as políticas públicas para mitigação ou enfrentamento dos efeitos da pobreza e das desigualdades sociais parecem representar uma importante chave para essa mudança.

Ademais, é importante fortalecer estratégias de enfrentamento a pobreza dentro do espaço universitário que possibilite também uma mudança epistemológica e no lugar que ocupa o estudante em situação de pobreza, para que além das condições concretas sejam revistas as relações acadêmicas, de teorização e de possibilidades de fala, que tem ainda priorizado o discurso dominante (Dias, 2011). A reivindicação dos que falaram nesse micro espaço de

pesquisa é também pela luta de legitimação do lugar social universitário, como um espaço dialógico e plural que inclua suas perspectivas de vida e de realidades concretas na construção de conhecimento.

Neste sentido, entendemos como relevante as contribuições de Moura Jr (2015), que entende que as práticas de resistências podem se apresentar enquanto estratégias de afrontamentos das desigualdades sociais e das pobreza, pois estas emergem da reflexão crítica e da indignação das pessoas que vivenciam realidades de dominação. Segundo este mesmo autor, estas práticas estão imbricadas ao fortalecimento da capacidade de agência das pessoas. Sen (2010), a agência aponta para uma capacidade de ação, que se relaciona ao exercício das liberdades, sendo o agenciamento a própria capacidade de exercer ações que são importantes e justas as pessoas. Esta ação é concreta e atua no âmbito do comum, sendo necessário o apoio social e oportunidades concretas, muitas vezes advindas das políticas pública, especialmente às de caráter afirmativo e de inclusão (Moura Jr, 2015)

Henning (2015) também aponta a relevância de investir em agenciamentos interseccionais que apontem para articulação das categorias raça, classe e gênero com as discussões e reflexões entre os mais diversos marcadores sociais, que não só os que demarcam violências, mas também os

processos resistência. Sawaia (2014), também entende a relevância de produzir o que ela denomina de resistência ativa, que afrente as situações de opressão e dominação, mas que também aproxime as pessoas da alegria de sentir suas potências aumentadas, numa perspectiva de ação comum, e não individualizada, que tenham suas forças voltadas ao bem comum, visto que assim, a potência de agir de cada um(a) aumenta.

Considerações Finais

Para tanto, analisa-se que avanços e embotamentos se reúnem nas experiências de universitários em uma diversidade de conflitos que envolvem a sua permanência no Ensino Superior. A fuga da pobreza em um país que decreta futuros em gerações vulnerabilizadas socialmente precisa de investimentos significativos e comprometidos para uma transformação social coletiva que perdure e torne a educação, de fato, uma prática duradoura de resistência.

Ademais, pensar a pobreza subjetiva a partir dos atravessamentos produzidos nas experiências dos sujeitos em análise, provoca a necessária reflexão sobre os aspectos interseccionais de quem vive a mazela social da pobreza, e como resistir a este processo em meio às relações tão desiguais. Além disso, a análise das percepções do fenômeno, apresentam aspectos que revelam aspectos concretos e subjetivos que

se entrelaçam as vivências dos sujeitos. As políticas públicas de acesso e permanência no Ensino Superior precisam ser mais assertivas e efetivas para produzirem condições mais justas e equânimes para estes sujeitos.

Entende-se também que estudos futuros podem explorar questões mais vinculadas a trajetórias familiares que cerceiam os estudantes. Foi percebido indícios que as condições socioeconômicas dos familiares mais próximos são importantes questões para compreensão do lugar ocupado por estes, pois, aqueles que podiam contar com o apoio de familiares, mesmo que pessoalmente não possuíssem renda, conseguiam ter melhor bem-estar subjetivo do que aqueles que não podiam. Principalmente, reconhecendo que alguns destes ainda apoiam suas famílias. Assim, uma análise sob esse viés pode apresentar outras pistas sobre a complexidade desse fenômeno.

Por fim, pensa-se que analisar interseccionalmente a vivência de estudantes pobres na universidade pública e privada é um desafio, que provoca ao mesmo passo que um olhar sobre as condições de acesso e permanência destes no espaço do ensino superior, como desvela que o acesso, sem suporte provoca um processo de inclusão perversa, que pode ter como consequências adoecimentos psíquicos arrojados a própria experiência de formação universitária. Desde as ausências concretas, como as dificuldades

de moradia, transporte e alimentação até as violências subjetivas, como o silenciamento e o isolamento forjam processos de opressão-dominação que fragiliza as subjetividades dos sujeitos. Importante, frisar que as relações afetivas, parecem fortalecedoras para os sujeitos que veem nestas, fonte de resistência. Assim, como as discussões que ampliam o olhar sobre o fenômeno da pobreza, se afastando de perspectivas culpabilizantes e fatalistas, para o reconhecimento das macroestruturas de desigualdades que forjam a pobreza como projeto social de manutenção de desigualdades. Desta forma, a discussão possibilita a reflexão-ação que pode fomentar novos projetos de resistências interseccionais que favoreçam outras formas de vida mais justas e igualitárias.

Agradecimentos:

Agradecemos à Capes pela bolsa de doutorado concedida à primeira autora e ao CNPq pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa PQ 1D/CNPq concedida à segunda autora. Ambas foram importantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. K. D. A.; XIMENES, V. M. Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial. **Psicologia USP**, v. 32, e200067, 2021.
- ACCORSSI, A.; SCARPARO, H. B. K. “Será que atirei pedra na cruz?": pobreza e identidades em tensão. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 11, n. 2, p. 292-300, 2012.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. (Org.). **Psicologia do racismo no Brasil: estudos sobre branqueamento e branquitude no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 25-58.
- BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, p. 147-163, 2015.
- CAPELATO, R. (Org.). **Mapa do Ensino Superior do Brasil**. Instituto Semesp, 2023. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2023.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- CHRISTENSEN, Ann-Dorte; JENSEN, Sune Qvotrup. Doing Intersectional Analysis: Methodological Implications for Qualitative Research. **NORA**, v. 20, n. 2, p. 109-125, 2012. DOI: 10.1080/08038740.2012.673505.
- CIDADE, Elívia Camurça; ESMERALDO FILHO, Carlos Eduardo; MOURA JÚNIOR, James Ferreira; XIMENES, Verônica Moraes. Escala Multidimensional de Fatalismo: Validação da Versão para Contextos de Pobreza Rural. **Revista de Psicología**, v. 27, n. 2, p. 1-13, 2018. DOI: 10.5354/0719-0581.2019.52317.

DIAS, J. de F. Analistas de discurso e sua prática teórica e metodológica. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 213-246, 2011.

DINIZ, André Geraldo Ribeiro; MAYORGA, Claudia. Notas sobre autonomia e desqualificação social de mulheres prostitutas. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, e165432, p. 1-12, 2018.

ESPINOSA, Yuderkys; GÓMEZ, Diana; LUGONES, María; OCHOA, Karina. Reflexiones Pedagógicas em torno al feminismo descolonial: una conversa em cuatro voces. In: WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniales: Prácticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir**. Tomo I. Equador: Abya-Yala, 2017. p. 403-441.

ESTANISLAU, M. A.; XIMENES, V. M. Vivências de humilhação e vergonha: uma análise psicossocial em contextos de pobreza. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F. (Org.). **Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 121-146.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. London: Longman, 1989.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GÓIS, César Wagner de Lima. **Psicologia clínico-comunitária**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GROSGOUEL, R. The dilemmas of ethnic studies in the United States: between liberal multiculturalism, identity politics,

disciplinary colonization, and decolonial epistemologies. **Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge**, v. X, n. 1, p. 81-90, 2012.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014. Disponível em: <https://encurtador.net/rtIOW>.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900/pdf>. Acesso em: 27 jul. 2019.

JANNUZZI, P. de M. Avaliação de impacto de programas e projetos educacionais e culturais. **Revista Observatório**, v. 33, p. 1-12, 2022.

JANNUZZI, P. M.; MONTAGNER, P.; TAIRA, E. Mobilidade social e interseccionalidade: o que mudou para negros e mulheres nos últimos 30 anos no Brasil? **Anais**, 2020, p. 1-19.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Organização de Lacerda Júnior, F. Petrópolis: Vozes, 2017.

MOURA JÚNIOR, James Ferreira. Psicologia Comunitária Revisitada: potências e lacunas em tempos de crise. **Psicologia Política**, v. 18, n. 42, p. 428-432, 2018.

MOURA JÚNIOR, James Ferreira. **Pobreza multidimensional e bem-estar pessoal: um estudo acerca da vergonha e da humilhação**. 2015. 210 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NANDORI, E. S. How did subjective well-being change in Hungary due to the economic crisis? **Social Indicators Research**, v. 126, p. 241-256, 2015. DOI: 10.1007/s11205-015-0878-9.

NEPOMUCENO, B. B. **Implicações psicossociais da pobreza e suas influências na saúde mental e no apoio social de mulheres em contexto rural**. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/49253>. Acesso em: 7 jan. 2025.

RODRIGUES JÚNIOR, A. S. Análise crítica do discurso: modismo, teoria ou método? **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 9, p. 99-132, 2009.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SAWAIA, B. Transformação social: um objeto pertinente à Psicologia Social? **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 4-17, 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jailson de et al. **“Por que uns e não outros?”: caminhada de jovens pobres para a universidade**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

XIMENES, V. M.; MOURA JÚNIOR, J. F.; CRUZ, J. M.; SILVA, L. B.; SARRIERA, J. C. Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. **Estudos de Psicologia**, v. 21, n. 2, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v21n2/1413-294X-epsic-21-02-0146.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018. DOI: 10.5935/1678-4669.20160015.